Quarta-Feira, 11 de Novembro de 2026

Brasil avança para criar seu próprio GPS e reduzir dependência dos EUA

O governo federal deu o primeiro passo para avaliar se o Brasil deve criar seu próprio sistema de navegação por satélite. Um grupo técnico formado por representantes de ministérios, da Aeronáutica, da Agência Espacial Brasileira (AEB), de institutos federais e da indústria aeroespacial vai analisar os riscos da atual dependência do país em relação a sistemas de geolocalização controlados por outras nações, como o GPS estadunidense.

A criação do grupo foi formalizada pela Resolução nº 33 do Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro, assinada pelo ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Marcos Amaro. O documento estabelece um prazo de 180 dias, a contar de 14 de julho, para que os integrantes apresentem um relatório com diagnóstico e propostas sobre o tema.

O Brasil hoje utiliza o GPS, operado pela Força Espacial dos Estados Unidos, além de sistemas alternativos como o europeu Galileo, o russo Glonass e o chinês BeiDou.

A prioridade histórica do programa espacial brasileiro foi o monitoramento territorial por satélites. Agora, surge a necessidade de discutir soberania também no campo da navegação. Caso o país decida avançar, será preciso definir se o sistema terá alcance global ou apenas regional, cobrindo o território nacional.

Coincidência e contexto geopolítico

A formação do grupo técnico antecedeu duas movimentações que reacenderam o debate nas redes sociais. A primeira foi o anúncio do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, de que produtos brasileiros serão taxados em 50% a partir de 1º de agosto. A segunda, a circulação de especulações sobre um possível bloqueio do sinal do GPS ao Brasil em caso de agravamento da tensão diplomática.

A proposta ganha peso em meio a um cenário internacional marcado por disputas comerciais e tecnológicas. A dependência do GPS, uma infraestrutura sob controle militar dos EUA, levanta preocupações sobre autonomia nacional em áreas como defesa, agricultura, aviação e transporte.